

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/09/2014 - Edição 1115

# Agressão entre vigilantes agrava situação no Amapá

Vigilantes da empresa LMS têm sido alvo de agressões no Amapá. A reação violenta de alguns trabalhadores teve início com a permanência da empresa, por determinação da justiça, mesmo após o fim do contrato com a Secretaria de Educação do Estado (Seed); o Sindicato dos Vigilantes está acompanhando o caso.

A Seed lançou uma licitação, na qual quatro empresas venceram o certame. Com o fim do contrato, a LMS iniciou um processo na justiça para continuar a prestar serviço à Secretaria, o que gerou

revolta em alguns dos trabalhadores das empresas vencedoras. Com a impossibilidade de assumir as vagas, alguns vigilantes têm agredido fisicamente colegas de profissão.

Em julho, a justiça concedeu liminar ao Sindicato dos Vigilantes do Amapá suspendendo o resultado da licitação que passava o contrato com a Seed para quatro empresas que ganharam o certame. Até que o processo seja definitivamente julgado, cerca de 665 postos de trabalho continuarão sendo ocupados por trabalhadores da LMS.

O presidente do Sindicato dos

Vigilantes do Amapá, Dinassi Siqueira afirma que o Sindicato está dando todo o suporte necessário. “Estamos na luta para que a situação seja resolvida o mais breve possível, garantindo a integridade física de todos os trabalhadores”, afirma Siqueira.

Os casos de agressão estão sendo apurados pelas Polícias Civil e Federal. Para evitar que mais vigilantes sejam vítimas, a Polícia Militar foi acionada e faz rondas constantes nas escolas.

Fonte: CNTV

# Empresa de vigilância pagou despesas de avião de campanha do PSB

A empresa que pagou as despesas operacionais do avião usado pelos candidatos do PSB à Presidência, Eduardo Campos e Marina Silva, nos primeiros meses de campanha eleitoral, funciona em uma casa simples na periferia de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana

de Recife. Registrada oficialmente como firma de vigilância, a Lopes & Galvão Ltda. aparece como pagadora de serviços de estacionamento e atendimento para a aeronave PR-AFA, prestados pela Líder Táxi Aéreo. [\(Veja o infográfico e entenda o caso\)](#)

O GLOBO localizou Genivaldo Galvão Lopes e Luciene Lindalva Lopes, donos da empresa, na casa onde vivem há pelo menos uma década e que funciona como sede da empresa, no bairro Tiúma, antiga vila operária da cidade. Primeiro, os dois negaram ter pagado despesas

da aeronave, dando a entender que a firma deles poderia ter sido usada indevidamente.

Nesta segunda-feira, por meio de um advogado, Genivaldo mudou a versão e informou que “pode ter realizado pagamentos a pedido de outras pessoas”. No entanto, preferiu não identificá-las, sob a alegação de que o fará apenas quando for “intimado por autoridades competentes para prestar esclarecimentos”.

– A gente não tem nada a ver com isso, somos pessoas decentes – disse Luciene, ainda na tarde de domingo.

– Eu não gosto nem de avião – completou o marido, na ocasião.

## **EMPRESA NÃO É CADASTRADA**

Embora registrada oficialmente como empresa de atividades de vigilância e segurança privada, a Lopes & Galvão não é cadastrada na Delegacia de Controle da Segurança Privada, da Polícia Federal, como determina a legislação. O casal afirmou que a empresa atua na terceirização de funcionários de serviços gerais, como copeira, diarista e faxineira, para firmas de Recife. E negou qualquer relação política com políticos ou partidos.

– É uma empresa pequena. Resume-se a uma pessoa só, que sou eu – disse Genivaldo.

Uma de suas filhas, Sylney Lopes, de 29 anos, disse não fazer sentido a empresa do pai bancar despesas operacionais de uma aeronave avaliada em US\$ 8,5 milhões (R\$ 19 milhões).

– Você acha que, se tivéssemos esse dinheiro todo, eu moraria aqui em Tiúma? Longe de tudo, nessa rua... – afirmou, mencionando o bairro onde mora com a família, na periferia de São Lourenço da Mata.

O GLOBO teve acesso ao registro do contrato da Lopes & Galvão com a Líder Táxi Aéreo, para a prestação de serviços no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Antes de a empresa assumir o contrato, os serviços eram pagos pela AF

Andrade, antiga proprietária da aeronave, com sede em Ribeirão Preto (SP). O gasto mensal com estacionamento e atendimento de um avião como o usado pelos candidatos do PSB gira em torno de R\$ 30 mil mensais. Dependendo dos serviços contratados, a despesa no mês pode alcançar R\$ 40 mil, segundo empresas do setor.

O avião foi comprado em maio de 2014 pelo empresário João Carlos Lyra, em sociedade com Apolo Santana Vieira e Eduardo Freire Bezerra Leite, também empresários, para ser usado na campanha de Campos e Marina. O próprio candidato testou a aeronave antes de a compra ser oficializada. Parte dos pagamentos para a AF Andrade foi feita por empresas fantasmas e sem lastro financeiro para quitar o negócio, como mostrou o “Jornal Nacional” na última semana.

O uso do mecanismo levou a PF a suspeitar que os empresários podem ter sido usados como laranjas para a compra do Cessna por alguém ligado diretamente ao PSB, a Eduardo Campos ou próximo a ele. O pagamento de despesas operacionais da aeronave por meio de uma empresa pequena e de outro ramo de atuação só reforça a tese da PF.

Oficialmente, a polícia afirma não ter recebido, ainda, pedido formal de investigação do caso, por parte do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ele já determinou a abertura de procedimento para apurar possíveis irregularidades na utilização do jato.

Na primeira declaração de gastos da campanha, o PSB não declarou o uso da aeronave. Depois do acidente, o partido alegou que até o fim da campanha pretendia contabilizar as horas de voo e emitir recibo eleitoral de doação recebida dos empresários João Carlos Lyra e Apolo Santana. Os dois teriam doado ao partido na condição de pessoa física.

Nesta segunda-feira, O GLOBO perguntou ao PSB quem pagou pelas despesas operacionais do avião, se o partido ou os empresários que

supostamente o doaram à campanha. Por meio da assessoria, o partido informou que não vai se posicionar sobre o assunto e que todos os esclarecimentos estavam em nota oficial divulgada na última semana. O texto não responde à pergunta.

O advogado indicado por Genivaldo Galvão Lopes para apresentar sua versão para o caso é o criminalista Ademar Rigueira, o mesmo contratado pela viúva de Eduardo Campos, Renata Campos, para acompanhar, em nome da família, as investigações sobre o acidente que matou o ex-governador de Pernambuco e outros seis assessores em 13 de agosto, em Santos (SP).

## **ATÉ ADVOGADO ESTRANHA**

Perguntado sobre a coincidência, Rigueira afirmou não ser advogado constituído de Genivaldo, e apenas ter sido procurado por ele para obter uma orientação.

– Ele pode ter lido meu nome em jornais, sou um profissional conhecido em Recife – disse o defensor.

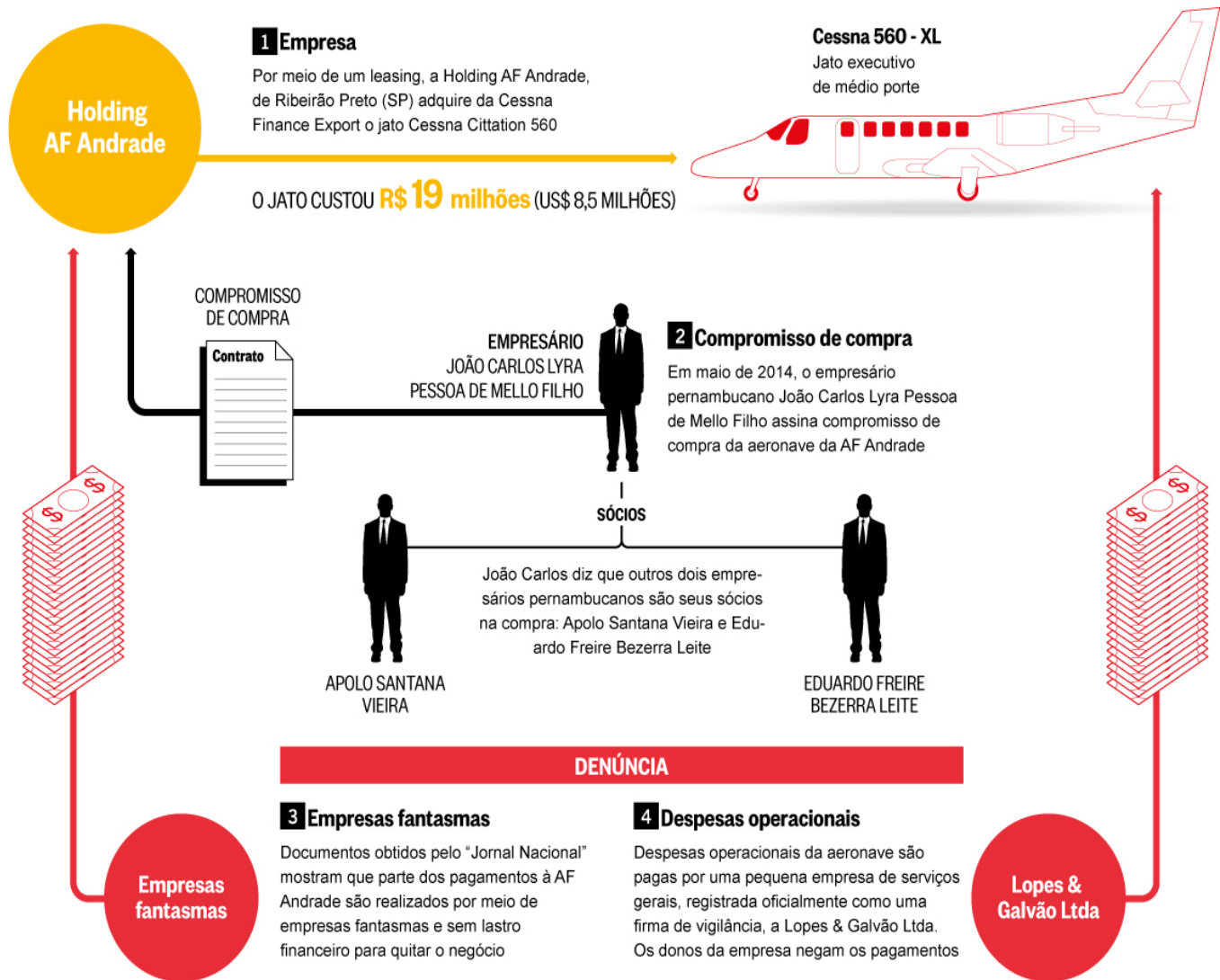
### **Publicidade**

Rigueira disse considerar estranho que despesas da aeronave tenham sido pagas por uma empresa do porte da Lopes & Galvão.

– Eles vão ter que explicar. Eu não sei (por que a empresa pagou). Você tem razão em estar questionando isso – afirmou o advogado.

A Força Aérea Brasileira está investigando as causas do acidente. A Polícia Civil de SP e a Polícia Federal também abriram inquérito sobre o desastre. As duas polícias têm como outra tarefa identificar devidamente os verdadeiros donos do jato. A informação é importante para nortear ações e pedidos de indenização de moradores de Santos que tiveram algum tipo de prejuízo com o acidente. Pelo menos 50 pedidos de indenização já foram apresentados à polícia.

**Fonte: O Globo**



**O QUE DIZ A PF**

A Polícia Federal apura suspeita de que João Carlos Lyra, Apolo Vieira e Eduardo Leite tenham sido usados como laranjas para a compra do Cessna por alguém ligado diretamente a Eduardo Campos ou próximo a ele. O uso de uma pequena empresa para pagar despesas operacionais da aeronave reforça a tese



**O QUE DIZ O PSB**

Em nota, o PSB informa que a aeronave teve uso autorizado pelos empresários João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho e Apolo Santana Vieira e que a doação seria registrada no TSE até o fim da campanha

**Fala CNTV**

Como entidade sindical representante de vigilantes em todo o país, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) entende a responsabilidade de se posicionar sobre o assunto.

A empresa em questão, intitulada como prestadora de serviços de segurança, não possui sequer registro junto à Polícia Federal (PF) e, por isto, não é legalizada. A CNTV repudia o envolvimento de empresas do segmento em atos como este e lamenta que ainda existam empresários capazes de atuar na ilegalidade.

Fonte: CNTV

# Vigilante ferido após ataque a carro-forte diz que melhora é ‘milagre’

**Ele estava a trabalho quando grupo atacou veículo na Chapada Diamantina. Vítima ficou 1 mês internado; um dos colegas morreu e ninguém foi preso.**

Um dos vigilantes feridos na explosão do carro-forte, atacado por criminosos perto de América Dourada, na Chapada Diamantina, enquanto recolhia dinheiro, no dia 18 de julho, recebeu alta médica no dia 20 de agosto. Nesta segunda-feira (1º), ele disse que sua recuperação foi um “milagre de Deus”.

Willian Ramos não lembra detalhes do ataque, mas conta como foi atingido pelos assaltantes. “As coisas estão vindo devagarzinho. Eu lembro que os bandidos vieram, a gente conseguiu reagir na primeira ação deles, depois eles atiraram nos pneus de trás, o carro capotou e foi explodido três vezes comigo e um colega dentro. A partir daí, não lembro mais de nada”, relata.

Um deles, Ivan Lúcio da Silva, faleceu no dia 24 de julho. “A dor é grande por causa da perda do colega. Ele ficou comigo dentro do carro. Gostaria de agradecer a ele a minha vida”, disse. A vítima se recupera na casa da família, que fica na cidade de Lapão, cidade a cerca de 12 Km de Irecê.

“Depois de receber alta, fiquei mais uma semana em Salvador, agora estou em Lapão. Tive um ataque cardíaco quando estava internado, mas, graças a Deus, estou melhor. Ainda estou em recuperação, com fé em Deus, em três ou quatro meses estou 100% novamente”, conta.

Willian Ramos, que é também lutador de jiu-jítsu explica que não tem data para voltar a lutar e que, na próxima semana, começa a fazer sessões de fisioterapia. “A expectativa para voltar [lutar] está grande. É uma das coisas que estou com mais com

vontade de voltar e trazer”, diz, em tom de empolgação.

A vítima atuava como segurança durante o assalto, mas também representa o Esporte Clube Bahia em competições de jiu jitsu.

Ele está caminhando com ajuda de muletas, fazendo curativo nas lesões e ainda tem dores no joelho esquerdo, mas disse que se sente forte e, em breve, deve voltar a trabalhar como segurança. “Tenho confiança em Deus e Ele vai me proteger. Assim que puder, vou voltar a trabalhar”, conta.

Para a recuperação, o segurança conta que está recebendo ajuda do irmão, da esposa e da mãe. Atualmente, ele está morando na casa da mãe com a esposa e os quatro filhos. Um deles é filho biológico de um dos seus irmãos que morreu em um acidente de carro.

## Caso

A bordo de duas caminhonetes reforçadas com chapas de ferro, uma quadrilha com quase 15 pessoas conseguiu capotar e explodir um carro-forte que recolhia dinheiro da região de América Dourada, na região da Chapada Diamantina, na tarde de sexta-feira (18).

Três seguranças e o motorista ficaram feridos. O crime aconteceu na BA-052, a 4 km da cidade.

A suspeita da polícia é que a quadrilha usou metralhadora antiaérea contra o veículo, tendo em vista os cartuchos encontrados e a potência do disparo, que ultrapassou a blindagem do carro. Os criminosos conseguiram fugir e, antes, chegaram a explodir os carros usados na ação.

Fonte: G1

**VIGILANTE**  
**PISO NACIONAL**  
**3 MIL REAIS**

CNTV CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES CUT BRASIL



# Resultado do plebiscito sobre sistema político será divulgado no dia 21

O primeiro dia de coleta de assinaturas para o plebiscito popular que propõe a instauração de uma Assembleia Constituinte para estabelecer a reforma do sistema político brasileiro foi bastante positivo, como avalia a comissão nacional de mobilização.

De acordo com a organização do plebiscito, ainda na segunda-feira (1º) foram abertos novos pontos de coleta de votos em todo o país, por iniciativa de movimentos locais em pequenas e médias cidades.

Além das urnas presenciais, a votação pode ser feita online na página do plebiscito. A divulgação do resultado da consulta popular está prevista para o dia 21. A votação segue até domingo (7).

A principal bandeira defendida pelas entidades participantes do plebiscito é que a reforma política possa estabelecer o fim do financiamento privado de campanhas eleitorais. “Aí está um dos principais problemas de corrupção. É interessante que, normalmente, no Brasil, os meios de comunicação tradicionais mostram só os agentes públicos, os governantes e os políticos e nunca mostram as empresas, que são o que dá origem às campanhas”, observa o coordenador da Central de Movimentos Populares, Raimundo Bonfim.

“A cada R\$ 1 que um empresário doa para uma eleição, ele tem um retorno, em forma de prestação de serviços e de contrato, de R\$ 8,50. Investir em eleições é uma das coisas mais rentáveis que se tem no Brasil, não há nenhum

indicador de poupança que supere esse investimento”, aponta Bonfim.

A reforma no sistema político brasileiro foi proposta pela presidenta Dilma Rousseff (PT) após a série de manifestações populares em junho do ano passado. A ideia, no entanto, foi vetada por setores conservadores do Congresso Nacional. Com isso, os movimentos sociais decidiram, em plenária nacional, em setembro de 2013, assumir a execução do plebiscito constituinte.

Na visão de Bonfim, o plebiscito se difere das iniciativas anteriores por possuir uma pauta concreta: o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte que reformule a política e as instituições partidárias brasileiras.

Por meio da reforma política, os movimentos responsáveis pela iniciativa pretendem aperfeiçoar os instrumentos de democracia direta, como partidos políticos, e a forma de

participação e fiscalização popular por meio de conferências e conselhos com membros da sociedade civil.

Em maio deste ano, Dilma sancionou o Decreto 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), com a criação de conselhos, fóruns e instâncias de consulta popular.

Entretanto, parlamentares conservadores tentam derrubar o texto, por acreditarem que ele “é uma afronta à democracia representativa”, assim como ocorreu com a proposta de reforma política.

“Se nós dependermos de deputados e senadores, que são os verdadeiros beneficiários do atual sistema político, eles não vão convocar uma Assembleia Constituinte e nem fazer reforma política. O plebiscito popular irá pressionar o Congresso de fora para dentro”, afirma Bonfim.

Fonte: Rede Brasil Atual



Votação segue até domingo e pode ser feita pela internet

#### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Priscilla Beine  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF